

A UNEB E O OBSERVATÓRIO POPULAR DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS: ARTICULANDO CIDADANIA, RAÇA, GÊNERO, CIDADANIA E GERAÇÃO POR UMA REDE POPULAR NA BAHIA

Anhamona Silva de Brito (1); José Cláudio Rocha (2); Denise Abigail Britto Freitas Rocha (3);
Diego da Silva (4)

Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Resumo

O presente artigo aborda a experiência do Observatório Popular de Políticas sobre Drogas – Um Olhar Racial, iniciativa proposta pelo Coletivo de Entidades Negras e desenvolvida em parceria com o Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades da UNEB, visando a instituir uma rede popular para Advocacy na questão das drogas, fortalecida através de uma plataforma digital para monitorar o cenário nacional das políticas sobre drogas e a sua interface com outras políticas públicas. Na oportunidade, será enfatizada a etapa dos Diálogos Territoriais (DTs) a acontecerem em seis *campi* da UNEB entre agosto e setembro de 2017, com ênfase nos aspectos metodológicos; no processo de articulação social local; no desenvolvimento e utilização de base de dados para registro de informações dessas agendas. Os DTs acontecerão entre os meses de agosto e setembro de 2017, Trata-se de pesquisa científica e ação extensionista em andamento, visando a contribuir com a articulação social para o fortalecimento da perspectiva racial, de gênero e geracional no debate sobre as drogas. Em sua execução, optou-se pela metodologia da abordagem com base em direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Rede, Observatório, Racial, Drogas

O debate sobre as drogas ainda é permeado de muito preconceito - a incluir representantes de instituições de Estado, além de parcela dos movimentos sociais e segmentos populares -, gerando uma espécie de desconsideração do seu peso sobre o modo como algumas opressões históricas (a exemplo do racismo e das desigualdades de gênero, classe e geração) se retroalimentam contemporaneamente no Brasil e direcionam o sentido e alcance de políticas públicas essenciais. Percebendo a importância de ampliar a articulação das pautas antirracista e antiproibicionista nos debates sobre violência, segurança pública e acesso à justiça, a partir do projeto Observatório Popular de Políticas sobre Drogas – Um Olhar Racial (OPPD Racial), na condição de parceiro científico e técnico do Coletivo de Entidades Negras (CEN), o Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades (CRDH), da Universidade do Estado da Bahia, tem buscado prospectar as visões e o ativismo político de diversos setores dos movimentos sociais e populares nesta seara.

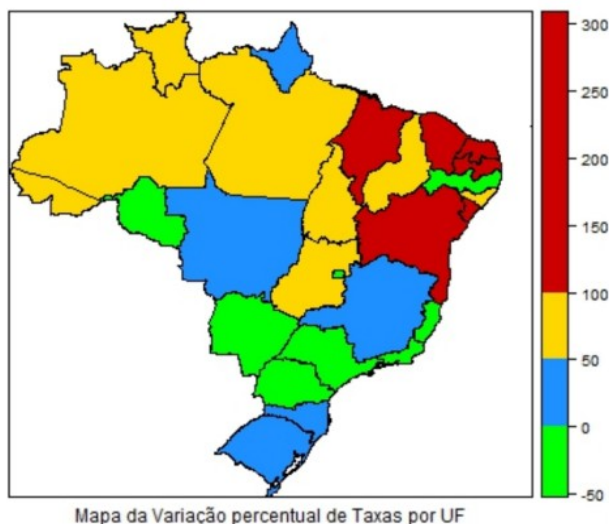
As ações desenvolvidas no âmbito do OPPD Racial sustentam-se em duas premissas: **(i)** o modelo de guerra as drogas, implementado no Brasil, é criminalizador, letal e prejudica o gozo de direitos e oportunidades de milhões de pessoas; **(ii)** o modelo de guerra as drogas, implementado no Brasil, tem como alvo preferencial a população negra. Das premissas, advém a seguinte **conclusão silogística:** O modelo de guerra as drogas, implementado no Brasil, criminaliza, mata e prejudica o gozo de direitos e oportunidades da população negra. Este entendimento, além de espelhar estudos continuados sobre os temas a ele vinculados – VALOIS (2016), RODRIGUES (2012), LEMGRUBER (2011), VIANNA & NEVES (2011), CARVALHO (2006), OLIVEIRA (2004), SMALL (2001) -, pode ser também percebido através dos elevados indicadores de violência letal

intencional (homicídios, latrocínios, entre outros) que persistem e se ampliam nas últimas três décadas no Brasil, vitimando, sobretudo, a população masculina negra e jovem.

Estudos mais balizados sobre violência (MINAYO e SOUZA, 1993; WAILSELFISZ, 2011; WAILSELFISZ, 2012; WAILSELFISZ, 2013) discutem-na enquanto um fenômeno complexo e multifatorial, no qual se articulam determinantes sociais, econômicas, políticas, raciais, espaciais; que, por sua vez, tem seus contornos salientados em cenários sociais de desigualdades, injustiças e opressões de variadas ordens. Eles apontam que baixas oportunidades de trabalho e emprego, além de outras garantias que figuram enquanto requisito para uma vida digna (educação, esporte e lazer, moradia digna, direito à paternidade, direito ao afeto); as seduções de uma sociedade voltada para o consumo, prazeres materiais; as ações midiáticas que enaltecem posturas violentas e agressiva, enquanto modelo a ser seguido; o próprio crescimento do crime organizado, que tem no tráfico de drogas – e na política proibicionista em voga, a ramificação mais presente nas comunidades empobrecidas e vulnerabilizadas pela violência.

No campo da violência letal (mortes violentas intencionais), o Brasil tem atingido marcas elevadas que superam países em guerras. No ano de 2014, o estudo continuado de Wailselfisz (Mapa da Violência) verificou a ocorrência de 59.627 mil homicídios no Brasil, ampliando-se em mais de vinte por cento a marca registrada em 2003 (48.909 óbitos). O Nordeste brasileiro foi identificado como a região com a maior ampliação de mortes na série histórica (2004 a 2014) do Mapa da Violência, sendo que **todos os seis estados com crescimento superior a 100%, na taxa de homicídios, são desta região**: Rio Grande do Norte (308%), Maranhão (209,4%), Ceará (166,5%), Bahia (132,6%), Paraíba (114,4%) e Sergipe (107,7%), sendo que apenas o Estado de Pernambuco contou com redução, ao invés da ampliação das mortes violentas intencionais.

Imagem 1. Ampliação de homicídios no Brasil (2004 a 2014) - Mapa da Violência, Série Histórica
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (in: <http://oglobo.globo.com/brasil/mapa-da-violencia-2016-mostra-recorde-de-homicidios-no-brasil-18931627>)



Em síntese, a literatura conduz ao entendimento de que o fenômeno da violência letal entrelaça-se com: (a) a atual política sobre drogas (proibicionista, criminalizadora e repressiva); (b) a atual política de segurança pública (policialesca, seletiva e repressiva); (c) a atual política de

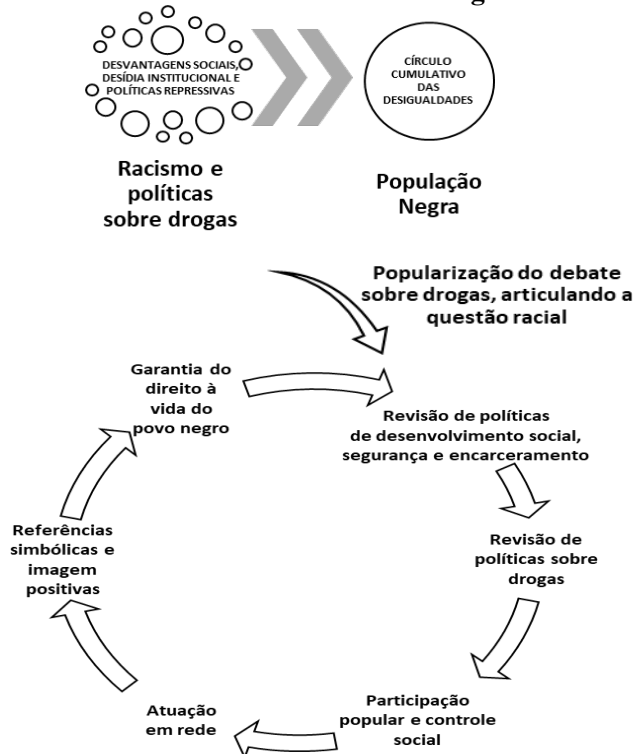
desenvolvimento social (sofisticada no campo legislativo e de baixa incidência e resultado na vida real: comunidades vulnerabilizadas pela violência, principalmente letal).

Retomando alguns aspectos do OPPD Racial, a iniciativa foi proposta pelo Coletivo de Entidades Negras ao Programa América Latina da Open Society Foundations e conta com a parceria técnica e científica da Universidade do Estado da Bahia, através do Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades, em articulação com a Pró-Reitoria de Extensão. Através dele, busca-se estabelecer uma rede de colaboração entre movimentos sociais e populares com atores governamentais e autarquias universitárias, fortalecida através de uma plataforma digital, com a finalidade de monitorar o cenário nacional das políticas sobre drogas e a sua interface com as esferas da redução de danos, segurança pública, de execução penal e racial; disponibilizar espaço virtual de difusão colaborativa de conteúdos sobre as questões-chave do projeto, para divulgação de conteúdos, principalmente políticas públicas e ações da sociedade civil, com destaque para as UFs prioritárias do projeto; promover e fomentar o *advocacy* que inter-relacione o debate racial, de políticas sobre drogas, de segurança pública, nacional e internacionalmente.

Para o alcance desses objetivos gerais, na projeção das metas constantes no plano de trabalho do OPPD Racial partiu-se do reconhecimento de que as políticas e ações desenvolvidas nos campos da segurança pública, saúde, assistência social, educação, entre outros, ganham caráter altamente repressivo, deficitário, ineficaz e pouco capilarizado quando dirigidas às populações marcadas por opressões históricas, principalmente o povo negro e da periferia. Isso passa pelo entendimento de que o racismo figura enquanto elemento dinamizador de violências institucionalizadas sendo que, no debate sobre as drogas, tem marcado negativamente a população negra, afastando-a de oportunidades de vida digna e a vinculado exponencialmente às mortes (tanto física, quanto simbólica).

Imagem 2. Pilares das ações do CEN - Popularização do debate das drogas

Fonte: Coletivo de Entidades Negras



A escolha do Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades para abrigar, na UNEB, o aporte técnico e científico, deve-se ao fato de este órgão suplementar constituir-se enquanto uma unidade de excelência em pesquisa, extensão, ensino e inovação social. Destaque-se, ainda, as suas ações em parceria com os movimentos sociais, sobretudo atores comunitários em situação de vulnerabilidade social.

O CRDH conta com uma plataforma com cinco laboratórios de pesquisa aplicada em ciências humanas, sociais e sociais aplicadas: Observatório da Educação (Obedhuc), a Incubadora Tecnológica de Economia Criativa (CriaAtiva), e a Rede de Educação em Direitos Humanos (Mbote), o Laboratório de Imagem, Memória e Documentação (Lindo) e o Laboratório de Áudio, Sonorização e Iluminação profissional (Lasio), integrando mais de 60 pesquisadores, e uma rede de parceiros no Brasil e no exterior. Além deste aporte técnico-científico, importante destacar que as ações desenvolvidas pelo aludido órgão, visando ao assessoramento jurídico e capacitação em Direitos Humanos – com ênfase a povos e comunidades tradicionais e movimentos urbanos – garantem uma expertise favorável ao diálogo e à articulação social buscados através do OPPD Racial.

O projeto será executado entre abr/2017 a jan/2018, tendo como referência territorial os nove Estados da região nordeste e os quatro do sudeste brasileiro. Os elevados indicadores de violência letal intencional, somados ao fato de o CEN e outras entidades do movimento social negro terem uma atuação protagonista no Nordeste brasileiro, nortearam a escolha dos Estados desta região para o desenvolvimento das atividades do OPPD Racial. A escolha da região Sudeste deveu-se ao fato de nela estarem abrigadas, as duas principais facções do tráfico de drogas no país: o Primeiro Comando da Capital (PCC), paulista; e o Comando Vermelho (CV), fluminenses, que disputam o domínio do tráfico de drogas nas fronteiras do país e descentralizam sua atuação pelos demais Estados, sobretudo do Nordeste, pela facilidade de escoar as drogas em rotas internacionais.

Nesta oportunidade, buscar-se-á visibilizar a articulação de atores sociais - movimento negro, legislativo, executivo, sistema de justiça, universidades, etc. - para formação de “Rede popular por uma nova política sobre drogas – um olhar racial”, com ênfase para o desenvolvimento de agendas no interior do Estado da Bahia. Para tal fim, o projeto prevê a intervenções localizadas nos Territórios de Identidade envolvidos pelos campi da UNEB de Barreiras, Guanambi, Itaberaba, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim e Teixeira de Freitas, a contribuir com o fortalecimento de saberes e práticas. Através do artigo proposto, além de informações relativas ao projeto OPPD Racial, serão detalhadas as propostas, aporte metodológico, articulações político-sociais e estratégias de ação vinculadas ao objetivo específico “Realização de 06 diálogos territoriais por uma nova política sobre drogas – um olhar racial”.

Demonstrar o processo de articulação de atores sociais baianos no estabelecimento de uma rede popular voltada ao fortalecimento do Advocacy nas políticas e áreas vinculadas ao debate sobre as drogas e o enfrentamento do racismo, bem como para a apresentação de proposta de gestão compartilhada do OPPD Racial, são os principais pontos de interesse do presente trabalho. Mesmo considerando que no projeto consta outro objetivo específico voltado a articulação social – denominado “Realização de 13 plenárias populares por uma nova política sobre drogas – um olhar racial, nos Estados priorizados pelo OPPD Racial” -, ganhou primazia a capacidade de acompanhamento das ações executadas na Bahia, por parte do CRDH, a qual tem maior alcance e pontos de apoio justamente por serem desenvolvidas nos campi da UNEB, em parceria com o corpo docente e discente das referidas comunidades acadêmicas.

O objetivo específico de que cuida os Diálogos Territoriais está em fase de execução, sendo que, até a realização do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, terá boa parte de seu calendário de atividades já concluída. Isso permitirá um compartilhamento satisfatório da

experiência, bem como das impressões iniciais das comunidades participantes das agendas nos Territórios de Identidade, além da própria proposta metodológica, objetivos e linhas de ação definidas.

Trata-se de um trabalho de campo, vinculado à pesquisa científica a favor de articulação social para constituição de uma rede popular que congregue o debate das drogas com a questão racial. Para sua execução, escolheu-se a abordagem com base em direitos humanos, metodologia cujos referenciais teóricos e aportes metodológicos são favoráveis à promoção e proteção dos direitos humanos, além de contribuir com o desenho e o desenvolvimento de políticas públicas e ações voltadas aos DHs de populações estratégicas, a efetivação da equidade, reversão de desigualdades e garantia da participação popular. Para sua execução, serão utilizados conteúdos consignados em base de registro de informações a qual foi criada pela equipe científica do CRDH, especificamente, para os fins que prestam o projeto OPPD Racial, em suas etapas de articulação com atores sociais.

As prospecções iniciais demonstraram o pioneirismo da ação **OPPD – Um Olhar Racial**, frente às experiências de observatório pelo país, considerando, principalmente, as propostas de (i) consolidação de conteúdos legislativos e construções político-sociais executados no país sobre drogas; e (ii) o desenvolvimento de ações colaborativas para a coleta de dados e difusão de conhecimento, através de plataforma virtual.

É certo que as demais experiências nacionais na formulação de redes sociais e observatórios de políticas públicas muito contribuirão com o desenvolvimento desta ação. Também serão aproveitados paradigmas do ativismo negro, com ênfase para as referências epistemológicas da luta antirracista, feminista e de reversão da heteronormatividade, considerando a sua contribuição para os debates e o estabelecimento de um cenário de emancipação social a partir dos marcadores sociais da diferença.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Salo. Política de guerra as drogas na América Latina: entre o direito penal do inimigo e o Estado de exceção permanente. *Revista Crítica Jurídica*. 2006. Disponível em: www.revistas.unam.mx/index.php/rcj/article/viewFile/16749/15948. Acessado em 12 mai 2017.

LEMGRUBER, Julita, FERNANDES, Marcia. Impacto da assistência jurídica a presos provisórios: um experimento na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Open Society Foundations, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SOUZA, Edinilsa R. de. Violence for all. In: **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 1, p. 65-78, 1993.

OLIVEIRA, Adriano. Tráfico de drogas, crime organizado, atores estatais e mercado consumidor: uma integração muito mais perversa. **Revista Espaço Acadêmico**. 2004. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/tr%C3%A1fico-de-drogas-crime-organizado-atores-estatais-e-mercado-consumidor-uma-integra%C3%A7%C3%A3o-muit>. Acessado em: 10 jul 2017.

OLIVEIRA, Gabriel. Mapa da violência 2016 mostra recorde de homicídios no Brasil. **O Globo**. 22 mar 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/mapa-da-violencia-2016-mostra-recorde-de-homicidios-no-brasil-18931627#ixzz4f8XX0zam>. Acessado em: 20 abr 2017.

ROCHA, José Cláudio. Uma Introdução à Abordagem Baseada em Direitos. Appris: Curitiba, 2013.

ROWELL, T. L., HART, C.L, WU, E., HAILE, R., EL-BASSEL, N. Predictors of drug use in prison among incarcerated black men. **The American journal of drug and alcohol abuse**.

Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3109/00952990.2012.694536>. Acessado em: 05 mai 2017.

SMALL, Deborah. The war on drugs is a war on racial justice. **Social research**, 2001. Disponível em https://www.jstor.org/stable/40971924?seq=1#page_scan_tab_contents. Acessado em: 12 abr 2017.

THIOLENT, Michel. Pesquisa-ação nas organizações. Atlas, 2009.

VALOIS, Luis Carlos. O direito penal da guerra as drogas. 2. Ed. Belo Horizonte, Ed. D'Plácido, 2017.

VIANNA, Priscila Cravo; NEVES, Cláudia Elizabeth Abbês Baêta. Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: reflexões acerca do Racismo de Estado. Estudos de Psicologia. 2011. Disponível em: www.scielo.br/pdf/epsic/v16n1/a05v16n1.pdf. Acessado em: 12 mai 2017.

ZALUAR, Alba. Tráfico de drogas, crime organizado, atores estatais e mercado consumidor: uma integração muito mais perversa. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/tr%C3%A1fico-de-drogas-crime-organizado-atores-estatais-e-mercado-consumidor-uma-integra%C3%A7%C3%A3o-muit>. Acessado em: 12 mai 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência dos municípios brasileiros. Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, OEI, 2007. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/site/documentos/mapa_da_violencia2.pdf. Acessado em: 19/04/2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil. 2011. Disponível em: <https://biblioteca.juventude.gov.br/xmlui/handle/11322/112>. Acessado em: 19/04/2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil. 2012. Disponível em: <http://m.biblioteca.juventude.gov.br/xmlui/handle/11322/121?locale-attribute=en>. Acessado em: 19 abr 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2013: homicídios e juventude no Brasil. 2013. Disponível em: <https://biblioteca.juventude.gov.br/xmlui/handle/11322/108>. Acessado em: 20 abr 2017

ET10: DIREITOS, POLÍTICAS E CONFLITOS SOCIAIS